

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS**  
**CONCURSO PÚBLICO TÉCNICO ADMINISTRATIVO – 2024**

**Prova Nível Superior: NS31 (Manaus)**  
**AUDITOR**

Data: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_

Tempo de realização da prova: 4 (quatro) horas

**Leia com atenção as instruções**

Você receberá do Aplicador de Sala:

- ✓ Um Caderno de Questões contendo 45 (quarenta e cinco) questões objetivas, sendo 10 (dez) de Língua Portuguesa, 10 (dez) de Legislação e 25 (vinte e cinco) de Conhecimentos Específicos do Cargo.
- ✓ Decorridos cerca de 15min do início da prova, terá início a entrega do CARTÃO-RESPOSTA personalizado. É de sua inteira responsabilidade certificar-se que seu nome corresponde ao que está impresso no CARTÃO-RESPOSTA. Assine-o assim que recebê-lo do Aplicador de Sala.
- ✓ É de sua inteira responsabilidade certificar-se de que seu nome corresponde ao que está impresso no CARTÃO-RESPOSTA. Assine o CARTÃO-RESPOSTA assim que recebê-lo do Aplicador de Sala.
- ✓ Transcreva suas respostas para o Cartão-Resposta preenchendo todo o círculo. Após o preenchimento não será possível fazer qualquer alteração no CARTÃO-RESPOSTA, pois, se assim o fizer, a questão será considerada nula.
- ✓ Não rasure, não amasse, não dobre e/ou rasgue o CARTÃO-RESPOSTA.
- ✓ Utilize apenas caneta esferográfica fabricada em material transparente e de tinta na cor **preta** para assinalar suas respostas no CARTÃO-RESPOSTA.

Assinale assim: ●

- ✓ Você dispõe de 4 (quatro) horas para fazer a prova. Faça-a com tranquilidade e controle o seu tempo pelo MARCADOR DE TEMPO afixado no Quadro à sua frente. Esse tempo inclui as respostas assinaladas no CARTÃO-RESPOSTA.
- ✓ Somente depois de decorridos 90 (noventa) minutos do início das provas, você poderá retirar-se da sala de prova, entregando OBRIGATORIAMENTE, ao Aplicador de Sala, o CADERNO DE QUESTÕES e o CARTÃO-RESPOSTA.
- ✓ Verifique se assinou o CARTÃO-RESPOSTA antes de entregá-lo ao Aplicador de Sala.
- ✓ Somente será permitido a você levar o Caderno de Questões, quando estiver faltando 30 (trinta minutos) para o término da prova.
- ✓ É terminantemente vedado copiar suas respostas assinaladas no CARTÃO-RESPOSTA.
- ✓ Os 3 (três) últimos candidatos só poderão deixar a sala SIMULTANEAMENTE e deverão assinar a Ata de Sala de Prova juntamente com a equipe de fiscalização do Centro de Aplicação.
- ✓ Os Aplicadores de Sala não estão autorizados a emitir opinião nem prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir sobre a alternativa correta.

**NOME:** \_\_\_\_\_

**CIDADE DE PROVA:** \_\_\_\_\_ **LOCAL DE PROVA:** \_\_\_\_\_



## LÍNGUA PORTUGUESA

01. Leia o texto a seguir, início da crônica “Arte e ciência de roubar galinha”, do escritor baiano João Ubaldo Ribeiro (1941-2014):

A gente tem a tendência de pensar que só o que nós fazemos é difícil e complexo, cheio de sutilezas e complicações invisíveis aos olhos dos “leigos”. Isto, naturalmente, é um engano que a vida desmascara a todo instante, como sabe quem quer que já tenha ouvido com atenção qualquer homem falar de seu trabalho, que sempre, por mais simples, envolve atividades e conhecimentos insuspeitados.

Assim é, por exemplo, roubar galinha. Tenho um amigo aqui na ilha que é ladrão de galinha. Chamemo-lo de Lelé, como naqueles relatos verídicos americanos em que se trocam os nomes para proteger inocentes. Só que, naturalmente, a nossa troca se faz para proteger um culpado, no caso o próprio Lelé. É bem verdade que todo mundo aqui sabe que ele rouba galinha, mas não fica bem botar no jornal, ele pode se ofender.

Pois Lelé me tem demonstrado com eloquência toda a arte e ciência de roubar galinha, que requerem longo, paciente e estoico aprendizado, além, é claro, de vocação e talento, pois sem estes de nada adianta o esforço. Roubar galinha é uma especialização da galinhologia geral, ramo do saber complicadíssimo, como verifico todos os dias, ao visitar o galinheiro de Zé de Honorina e ouvir as novidades do dia. Zé, que utiliza recursos psicológicos sofisticados para induzir as galinhas ao choco, calculou mal a lua, calculou mal os passes lá que ele faz – resultado: todo mundo choco no galinheiro, um cô-cô que ninguém aguenta e Ferrolho, o galo, indignado com a situação (eis que galinha choca não quer nada com a Hora do Brasil), chegando mesmo a agredir o próprio Zé.

Sobre aspectos linguísticos e de interpretação do texto, podemos afirmar que:

- I. A figura de linguagem predominante é a ironia, mas encontramos também exemplo(s) de onomatopeia.
- II. O texto procura se afastar da linguagem popular, optando por usar muitos termos eruditos, como “Chamemo-lo” (no segundo parágrafo).
- III. O sentido do vocábulo “estoico” (no terceiro parágrafo) é o de se manter impassível e firme diante das adversidades.
- IV. O vocábulo “galinhologia” (no terceiro parágrafo) é um neologismo, ou seja, uma palavra inventada pelo narrador.
- V. A tipologia do texto nos apresenta uma descrição objetiva e uma precisão informativa dos fatos.
- VI. As palavras “qualquer” (primeiro parágrafo) e “ninguém” (terceiro parágrafo) são pronomes demonstrativos.

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Somente as afirmativas I, II e V são verdadeiras.
- b) Somente as afirmativas I, III e IV são verdadeiras.
- c) Somente as afirmativas I, III, IV e VI são verdadeiras.
- d) Somente as afirmativas II, III, V e VI são verdadeiras.
- e) Somente as afirmativas II, IV, V e VI são verdadeiras.

02. Assinale a alternativa que apresenta, nas duas frases escritas, o par de vocábulos destacados em negrito que formam o plural como “escrivão” e “amor-perfeito”:

- a) José Maria, nosso ex-aluno, fez concurso para **tabelião**.  
Gosto muito de meu cachorro, mesmo ele sendo um **vira-lata**.
- b) O **balão** confeccionado com tanto custo finalmente foi aos céus.  
Nosso **vale-refeição** foi liberado no dia de ontem.
- c) Há muito tempo o Santiago é **sacristão** da paróquia.  
Não teremos aula na **sexta-feira** próxima.
- d) Para mim, o grande compositor **alemão** é Wagner.  
Na minha idade, faço tudo a meu **bel-prazer**.
- e) Não há **vulcão** no Brasil, felizmente.  
Sérgio é meu **lugar-tenente** na escola, pois pode me substituir nas aulas.

03. Assinale a alternativa em que houve **ERRO** ao se substituir a expressão destacada em negrito pelo pronome pessoal oblíquo:

- a) Deves **investir o teu dinheiro** em bancos estatais = investi-lo.
- b) Os atletas da NBA **fazem coisas fenomenais** = fazem-nas.
- c) E, enfim, **eis a bela paisagem de que te falei** = e-la.
- d) Se **nos permitissem**, degustaríamos o bolo com as mãos = no-lo.
- e) A assistente social **visitou cada um dos idosos** em sua casa = visitou-lhes.

04. Considere a frase a seguir:

Como choveu muito no dia de ontem \_\_\_\_ deixamos de fazer duas tarefas importantíssimas \_\_\_\_ uma foi levar nossos amigos ao museu \_\_\_\_ a outra foi providenciar seus bilhetes para o passeio fluvial.

Assinale a alternativa que preenche, **CORRETAMENTE**, a ordem dos sinais de pontuação que devem preencher as lacunas da frase:

- a) vírgula, dois pontos, ponto e vírgula
- b) reticências, dois pontos, vírgula
- c) vírgula, vírgula, vírgula
- d) reticências, travessão, ponto e vírgula
- e) vírgula, reticências, vírgula

05. Considere a frase a seguir:

O romancista Lima Barreto, ainda na infância, assistiu às alvoradas da emancipação dos escravizados.

Assinale a alternativa em que o verbo “assistir” está empregado com o mesmo sentido que apresenta na frase:

- a) O padre assistiu ao doente em seus derradeiros momentos.
- b) Não consigo assistir com serenidade a um ato de injustiça.

- c) Mirtes, que é assistente social, tem o dever de assistir a todos os pobres.
- d) Não assiste a ninguém o direito de me criticar pelo que escrevo.
- e) O novo chefe não está sendo bem assistido por seus assessores.

06. Leia o texto a seguir, intitulado “A Rendeira”, de autoria do poeta cearense Adriano Espínola (1952):

1 Na teia da manhã que se desvela,  
a rendeira compõe seu labirinto;  
movendo sem saber e por instinto  
a rede dos instantes numa tela.

5 Ponto a ponto, paciente, tenta ela  
traçar no branco linho mais distinto  
a trama de um desenho tão sucinto  
como a jornada humana se revela.

10 Em frente, o mar desfia a eternidade,  
noutra tela de espuma e esquecimento,  
enquanto, entrelaçado, o pensamento  
costura sobre o sonho a realidade.

Em que perda tela mais extrema  
foi tecida a rendeira e este poema?...

Sobre aspectos linguísticos e de interpretação do texto, podemos afirmar que:

- I. “Enquanto” (verso 11), por ser conjunção adversativa, expressa enunciados que contrastam entre si.
- II. O vocábulo “sucinto” (verso 7) significa dilatado, com grandes dimensões.
- III. O tecer da rendeira sugere os acontecimentos da vida e do mundo.
- IV. “Labirinto” (verso 2) é uma metáfora para as múltiplas atividades humanas.
- V. O mar se opõe à existência humana, pois esta, ao contrário daquele, é efêmera.

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Somente as afirmativas I, II e IV são verdadeiras.
- b) Somente as afirmativas I, III e V são verdadeiras.
- c) Somente as afirmativas II, III e IV são verdadeiras.
- d) Somente as afirmativas III, IV e V são verdadeiras.
- e) Todas as afirmativas são verdadeiras.

07. Assinale a alternativa que apresenta concordância irregular (silepse de pessoa):

- a) A maioria das pessoas preferiram viajar para a Europa, nas férias de julho.
- b) Depois de tanto esforço, a gente ficou cansado.
- c) Esperavam por ajuda, no Rio Grande do Sul, a multidão desabrigada.
- d) Frederico foi um dos professores que se aposentou em 2024.
- e) Os jovens adoramos o som das guitarras e das baterias.

08. O Manual de Redação da Presidência da República (3.<sup>a</sup> edição), no item 12.2 (p. 95 e seguintes), trata das “Expressões a evitar e expressões de uso recomendável”. Tendo em vista essa informação, assinale a alternativa que apresenta de modo **CORRETO** uma frase construída a partir do que determina o Manual:

- a) A reunião onde foi discutido o aumento dos professores ocorreu ontem.
- b) O doente se recupera bem, na medida que toma os remédios recomendados.
- c) Ontem choveu muito, enquanto que hoje o sol está escaldante.
- d) Seguem anexas as faturas de energia elétrica do laboratório.
- e) Os turistas visitaram o Teatro Amazonas e os mesmos ficaram extasiados.

09. No capítulo III, o Manual de Redação da Presidência da República (3.<sup>a</sup> edição) trata dos “Elementos de Ortografia e Gramática” (p. 49 e seguintes). Tendo em vista o conteúdo do Manual, no item “12.1 Homônimos e Parônimos”, leia as frases a seguir:

- I. Há três anos atrás estive em São Gabriel da Cachoeira e vi a montanha chamada de Bela Adormecida.
- II. No comício de ontem, nosso candidato falou acerca de seus planos, empolgando o público.
- III. Se o tema era afim, por que você não o analisou em sua dissertação de mestrado?
- IV. A divisão administrativa de Portugal é diferente, pois lá existem os conselhos.
- V. A distensão que ocorreu na Câmara, entre os dois vereadores, ganhou as manchetes de todo o país.

De acordo com as determinações do Manual de Redação da Presidência da República, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Somente as frases I, II e IV estão corretas.
- b) Somente as frases I, III e IV estão corretas.
- c) Somente as frases II e III estão corretas.
- d) Somente as frases II, IV e V estão corretas.
- e) Somente as frases III e V estão corretas.

10. Um dos assuntos mais importantes da Ortografia é o emprego do hífen, que sofreu mudanças após o último Acordo. Assinale a alternativa que contém **ERRO** quanto ao emprego desse sinal gráfico:

- a) Meus pulmões estão limpos, porque sou um não-fumante.
- b) Estou farto de muita conversa, de tanto blá-blá-blá inútil.
- c) Jonas se orgulha de sua condição de afro-brasileiro.
- d) O campus da UFAM é um micro-habitat florestal dentro da cidade.
- e) Uma eficaz planta da medicina popular se chama comigo-ninguém-pode.

<b>LEGISLAÇÃO</b>
-------------------

11. Acerca da Administração Pública e dos servidores públicos, é **CORRETO** afirmar que:

- a) é indistintamente vedada a acumulação remunerada de cargos públicos.
- b) é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, havendo possibilidade de acumulação se não houver sobreposição de horários, por um psicólogo municipal exercendo o mesmo cargo na administração direta estadual.
- c) não é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos.
- d) é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, sem possibilidade de acumulação se não houver sobreposição de horários, por um professor estadual exercendo o mesmo cargo na administração direta municipal.
- e) é vedada a acumulação não remunerada de cargos públicos.

12. Sobre os direitos e garantias fundamentais, assinale a afirmativa **CORRETA**:

- a) A criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.
- b) É considerado brasileiro nato o nascido no estrangeiro, de pai brasileiro e mãe brasileira, desde que ambos estejam a serviço da República Federativa do Brasil.
- c) A prática do racismo é crime imprescritível, sujeitando o agente a pena de reclusão, sendo possível a estipulação de fiança.
- d) É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, mediante licença, independentemente de censura.
- e) Os cargos de Presidente da República e de Governador de Estado são privativos de brasileiro nato.

13. Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) O regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos terá caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente federativo, de servidores ativos, de aposentados e de pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.
- b) É vedada a incorporação de vantagens de caráter temporário ou vinculadas ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão à remuneração do cargo efetivo.
- c) Poderão ser estabelecidos por lei complementar do respectivo ente federativo idade e tempo de contribuição diferenciados para aposentadoria de servidores com deficiência, previamente submetidos a avaliação biopsicossocial realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar.

- d) O servidor abrangido por regime próprio de previdência social será aposentado no âmbito da União, aos 60 (sessenta) anos de idade, se mulher, e aos 62 (sessenta e dois) anos de idade, se homem, e, no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na idade mínima estabelecida mediante emenda às respectivas Constituições e Leis Orgânicas, observados o tempo de contribuição e os demais requisitos estabelecidos em lei complementar do respectivo ente federativo.
- e) Poderão ser estabelecidos por lei complementar do respectivo ente federativo idade e tempo de contribuição diferenciados para aposentadoria de servidores cujas atividades sejam exercidas com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou associação desses agentes, vedada a caracterização por categoria profissional ou ocupação.

14. Sobre as disposições constantes no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, é **INCORRETO** afirmar que:

- a) a moralidade da Administração Pública não se limita à distinção entre o bem e o mal, devendo ser acrescida da ideia de que o fim é sempre o bem comum. O equilíbrio entre a legalidade e a finalidade, na conduta do servidor público, é que poderá consolidar a moralidade do ato administrativo.
- b) a remuneração do servidor público é custeada pelos tributos pagos direta ou indiretamente por todos, até por ele próprio, e por isso se exige, como contrapartida, que a moralidade administrativa se integre no Direito, como elemento indissociável de sua aplicação e de sua finalidade, erigindo-se, como consequência, em fator de legalidade.
- c) o trabalho desenvolvido pelo servidor público perante a comunidade deve ser entendido como acréscimo ao seu próprio bem-estar, já que, como cidadão, integrante da sociedade, o êxito desse trabalho pode ser considerado como seu maior patrimônio.
- d) toda ausência injustificada do servidor de seu local de trabalho é fator de desmoralização do serviço público, o que quase sempre conduz à desordem nas relações humanas.
- e) a função pública deve ser tida como exercício profissional e, portanto, se integra na vida particular de cada servidor público. Ainda assim, os fatos e atos verificados na conduta do dia a dia em sua vida privada não poderão crescer ou diminuir o seu bom conceito na vida funcional.

15. Nos termos da Lei 8.112/1990, é **CORRETO** afirmar que as formas de provimento em cargo público são:

- a) nomeação, reversão e ascensão.
- b) promoção, transferência e ascensão.
- c) nomeação, recondução e reintegração.
- d) promoção, ascensão e readaptação.
- e) nomeação, recondução e transferência.

16. Nos termos da Lei 11.091/2005 e sobre os conceitos por ela estabelecidos, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Ambiente organizacional: área específica de atuação do servidor, integrada por atividades afins ou complementares, organizada a partir das necessidades institucionais e que orienta a política de desenvolvimento da pessoa.
- b) Plano de carreira: posição do servidor na escala de vencimento da carreira em função do nível de capacitação, cargo e nível de classificação.
- c) Padrão de vencimento: conjunto de cargos de mesma hierarquia, classificados a partir do requisito de escolaridade, nível de responsabilidade, conhecimentos, habilidades específicas, formação especializada, experiência, risco e esforço físico para o desempenho de suas atribuições.
- d) Cargo: posição do servidor na Matriz Hierárquica dos Padrões de Vencimento em decorrência da capacitação profissional para o exercício das atividades do cargo ocupado, realizada após o ingresso.
- e) Nível de classificação: pessoas ou coletividades internas ou externas à Instituição Federal de Ensino que usufruem direta ou indiretamente dos serviços por ela prestados.

17. De acordo com a Lei 8.429/1992 e suas alterações, são atos de improbidade administrativa:

- a) conceder benefício administrativo ou fiscal sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie, levando ao enriquecimento ilícito.
- b) permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço superior ao de mercado, causando prejuízo ao erário.
- c) ordenar ou permitir a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento, levando ao enriquecimento ilícito.
- d) realizar operação financeira sem observância das normas legais e regulamentares ou aceitar garantia insuficiente ou inidônea, levando ao enriquecimento ilícito.
- e) receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indiretamente, para omitir ato de ofício, providência ou declaração a que esteja obrigado, causando prejuízo ao erário.

18. Sobre as modalidades de licitação, previstas na Lei 14.133/2021, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Concurso: modalidade de licitação para contratação de obras, serviços e compras em que a Administração Pública realiza diálogos com licitantes previamente selecionados mediante critérios objetivos, com o intuito de desenvolver uma ou mais alternativas capazes de atender às suas necessidades, devendo os licitantes apresentar proposta final após o encerramento dos diálogos.
- b) Diálogo competitivo: modalidade de licitação para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, cujo critério de julgamento será o de melhor técnica ou conteúdo artístico, e para concessão de prêmio ou remuneração ao vencedor.

- c) Leilão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto.
- d) Pregão: modalidade de licitação para alienação de bens imóveis ou de bens móveis inservíveis ou legalmente apreendidos a quem oferecer o maior lance.
- e) Concorrência: modalidade de licitação para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia, tendo por um dos critérios de julgamento o menor preço.

19. Nos termos da Lei 9.991/2019, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) As ações de desenvolvimento que não necessitem de afastamento e que ocorrerem durante o horário de jornada de trabalho do servidor também deverão ser registradas nos relatórios anuais de execução para fins de gestão das competências dos servidores em exercício nos órgãos e nas entidades.
- b) O Poder Executivo federal manterá escolas de governo com a finalidade de promover o desenvolvimento de servidores públicos.
- c) Considera-se afastamento para participação em ações de desenvolvimento, a licença para capacitação.
- d) O órgão ou a entidade poderá conceder licença para capacitação somente quando a carga horária total da ação de desenvolvimento ou do conjunto de ações seja igual ou superior a quarenta horas semanais.
- e) O Plano Nacional de Desenvolvimento de Pessoas deverá alinhar as necessidades de desenvolvimento com a estratégia do órgão ou da entidade.

20. Sobre os conceitos previstos na Lei 5.825/2006, considere as seguintes assertivas:

- I. Educação formal: processo continuado que visa ampliar os conhecimentos, as capacidades e habilidades dos servidores, a fim de aprimorar seu desempenho funcional no cumprimento dos objetivos institucionais.
- II. Alocação de cargos: processo de distribuição de cargos baseado em critérios de dimensionamento objetivos, previamente, definidos e expressos em uma matriz, visando o desenvolvimento institucional.
- III. Aperfeiçoamento: processo de aprendizagem, baseado em ações de ensino-aprendizagem, que atualiza, aprofunda conhecimentos e complementa a formação profissional do servidor, com o objetivo de torná-lo apto a desenvolver suas atividades, tendo em vista as inovações conceituais, metodológicas e tecnológicas.
- IV. Capacitação: processo permanente e deliberado de aprendizagem, que utiliza ações de aperfeiçoamento e qualificação, com o propósito de contribuir para o desenvolvimento de competências institucionais, por meio do desenvolvimento de competências individuais.

V. Desenvolvimento: educação oferecida pelos sistemas formais de ensino, por meio de instituições públicas ou privadas, nos diferentes níveis da educação brasileira, entendidos como educação básica e educação superior.

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Existe apenas uma assertiva verdadeira.
- b) Existem duas assertivas verdadeiras.
- c) Existem três assertivas verdadeiras.
- d) Existem quatro assertivas verdadeiras.
- e) Todas as assertivas são verdadeiras.

#### CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO

21. Compete exclusivamente à União instituir impostos, **EXCETO** sobre:

- a) operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários.
- b) produtos industrializados.
- c) propriedade territorial rural.
- d) renda e proventos de qualquer natureza.
- e) transmissão *causa mortis* e doação, de quaisquer bens ou direitos.

22. De acordo com o § 5º do Art. 153 da Constituição Federal de 1988, o ouro, quando definido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial, fica sujeito exclusivamente à incidência do imposto de que trata o inciso V do "caput" desse artigo, devido na operação de origem. A alíquota mínima será de 1%, assegurada a transferência do montante da arrecadação nos seguintes termos:

- a) 50% para o Estado, o Distrito Federal ou o Território, conforme a origem, e 50% para o Município de origem.
- b) 30% para o Município de origem e 70% para o Estado, o Distrito Federal ou o Território, conforme a origem.
- c) 70% para o Município de origem e 30% para o Estado, o Distrito Federal ou o Território, conforme a origem.
- d) 25% para o Estado, o Distrito Federal ou o Território, conforme a origem, e 75% para o Município de origem.
- e) 20% para o Estado, o Distrito Federal ou o Território, conforme a origem, e 80% para o Município de origem.

23. De acordo com o Art. 156-A da Constituição Federal (CF) de 1988, quando se fala do Imposto de Competência Compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios, uma lei complementar instituirá imposto sobre bens e serviços de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios. Em complemento, o imposto previsto no *caput* será informado pelo princípio da neutralidade e atenderá às seguintes prerrogativas, **EXCETO** que:

- a) a alíquota fixada pelo ente federativo, na forma do inciso V, será a mesma para todas as operações com bens materiais ou imateriais, inclusive direitos, ou com serviços, ressalvadas as hipóteses previstas na CF de 1988.

b) será objeto de concessão de incentivos e benefícios financeiros ou fiscais, relativos ao imposto ou de regimes específicos, diferenciados ou favorecidos de tributação, excetuadas as hipóteses previstas na CF de 1988.

c) cada ente federativo fixará sua alíquota própria por lei específica.

d) incidirá sobre operações com bens materiais ou imateriais, inclusive direitos, ou com serviços.

e) será cobrado pelo somatório das alíquotas do Estado e do Município de destino da operação.

24. A Constituição Federal de 1988 delimitou, no Brasil, o modelo atual do ciclo orçamentário, instituindo três leis, que são os instrumentos de planejamento do governo. Sobre o assunto, é **INCORRETO** afirmar que:

a) a Lei Orçamentária Anual (LOA) é o instrumento que viabiliza o planejamento do governo, que fixa o valor da despesa e prevê o montante das receitas a ser arrecadado com as suas devidas classificações.

b) a Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO) é o instrumento que direciona a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA), determinando quais metas e prioridades do Plano Plurianual serão tratadas no ano seguinte, além de trazer algumas obrigações de transparência.

c) O Plano Plurianual (PPA) é o instrumento de planejamento de médio prazo do governo, que estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

d) Leis de iniciativa do poder legislativo estabelecerão a elaboração dos projetos de lei que regem o ciclo orçamentário.

e) os instrumentos de planejamento público são o Plano Plurianual (PPA), a Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

25. Em relação à repartição das receitas tributárias, prevista no Art. 159 da Constituição Federal de 1988, a União entregará:

a) três por cento, para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo exclusivamente das regiões Norte e Nordeste, através de suas instituições financeiras de caráter regional.

b) dois por cento ao Fundo de Participação dos Municípios, que será entregue no primeiro decêndio do mês de julho de cada ano.

c) três por cento ao Fundo de Participação dos Municípios, que será entregue no primeiro decêndio do mês de outubro de cada ano.

d) vinte e um inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Municípios.

e) vinte e um inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal.

26. Para os efeitos da Lei Complementar 101/2000, o refinanciamento do principal da dívida mobiliária não excederá, ao término de cada exercício financeiro, o montante do final do exercício anterior, somado ao das operações de crédito autorizadas no orçamento para esse efeito e efetivamente realizadas, acrescido de atualização monetária. Sobre a definição referente à dívida pública consolidada ou fundada, a **CORRETA** é:
- montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses.
  - compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros.
  - montante das obrigações financeiras representada por títulos emitidos pela União, inclusive os do Banco Central do Brasil, Estados e Municípios, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses.
  - dívida pública representada por títulos emitidos pela União, inclusive os do Banco Central do Brasil, Estados e Municípios.
  - montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo não superior a doze meses.
27. Em conformidade com a Lei Complementar 101/2000, a repartição dos limites globais não poderá exceder os seguintes percentuais, previstos no art. 19:
- Na esfera federal: 49% (quarenta e nove por cento) para o Executivo.
  - Na esfera estadual: 6% para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Estado.
  - Na esfera municipal: 3% para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver.
  - Na esfera estadual: 3% para o Judiciário.
  - Na esfera federal: 0,6% para o Ministério Público da União.
28. O regime orçamentário registra o lançamento da receita, quando efetivamente recebida, e a despesa, de acordo com o princípio da competência. No regime patrimonial, a receita e a despesa são registradas de acordo com o princípio da competência. A partir do que prevê a Lei 4.320/1964, pertencem ao exercício financeiro:
- as despesas nele legalmente empenhadas.
  - as receitas arrecadadas e as despesas liquidadas.
- os valores não inscritos em dívida ativa do ente público, em virtude de sua cobrança estar suspensa em função de recurso ao Poder Judiciário.
  - somente as despesas legalmente liquidadas.
  - somente as despesas pagas.
29. À luz do que dispõe a Lei 4.320/1964, os créditos da Fazenda Pública, de natureza tributária ou não tributária, serão escriturados como receita do exercício em que forem arrecadados, nas respectivas rubricas orçamentárias. Nesse contexto, à luz do artigo 39 da aludida norma, é **INCORRETO** afirmar que:
- a Dívida Ativa da União será apurada e inscrita na Procuradoria da Fazenda Nacional.
  - a Dívida Ativa não Tributária são os demais créditos da Fazenda Pública, tais como os provenientes de empréstimos compulsórios, contribuições estabelecidas em lei, multas de qualquer origem ou natureza, exceto as tributárias, foros, laudêmios, aluguéis ou taxas de ocupação, custas processuais, preços de serviços prestados por estabelecimentos públicos, indenizações, reposições, restituições, alcances dos responsáveis definitivamente julgados, bem assim os créditos decorrentes de obrigações em moeda estrangeira, de subrogação de hipoteca, fiança, aval ou outra garantia, de contratos em geral ou de outras obrigações legais.
  - os créditos exigíveis pelo transcurso do prazo para pagamento serão inscritos, na forma da legislação própria, como Dívida Ativa, em registro próprio, após apurada a sua liquidez e certeza, e a respectiva receita será escriturada a esse título.
  - o valor do crédito da Fazenda Nacional em moeda estrangeira será convertido ao correspondente valor na moeda nacional à taxa cambial oficial, para compra, na data da notificação ou intimação do devedor, pela autoridade administrativa, incidindo, a partir da conversão, exclusivamente a atualização monetária, de acordo com preceitos legais pertinentes aos débitos tributários.
  - o valor do crédito da Fazenda Nacional em moeda estrangeira será convertido ao correspondente valor na moeda nacional à taxa cambial oficial, para compra, na data da notificação ou intimação do devedor, pela autoridade administrativa, ou, à sua falta, na data da inscrição da Dívida Ativa, incidindo, a partir da conversão, a atualização monetária e os juros de mora, de acordo com preceitos legais pertinentes aos débitos tributários.
30. A Lei 5.172/1966 dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. À luz do que dispõe a referida norma, são hipóteses de suspensão da exigibilidade do crédito tributário, **EXCETO**:
- a concessão de medida liminar em mandado de segurança.
  - a dação em pagamento em bens imóveis, na forma e condições estabelecidas em lei.

- c) a concessão de medida liminar ou de tutela antecipada, em outras espécies de ação judicial.
- d) o depósito do seu montante integral.
- e) as reclamações e os recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo.
- 31.** De acordo com o Código Tributário Nacional, **NÃO** indica(m) modalidade(s) de extinção do crédito tributário:
- a) a compensação, a remissão, a prescrição e a decadência.
- b) a dação em pagamento em bens imóveis, na forma e condições estabelecidas em lei.
- c) a decisão administrativa irreformável, assim entendida a definitiva na órbita administrativa, que não mais possa ser objeto de ação anulatória.
- d) a decisão judicial passada em julgado.
- e) as reclamações e os recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo.
- 32.** De acordo com o Código Tributário Nacional (CTN), constituem modalidades de extinção do crédito tributário, suspensão da exigibilidade e exclusão, respectivamente, o(a):
- a) decisão administrativa reformável, assim entendida a definitiva na órbita administrativa, que não mais possa ser objeto de ação anulatória; a remissão; e a anistia.
- b) depósito do montante integral; a liminar em mandado de segurança; e a novação.
- c) isenção condicional; a concessão de medida liminar ou de tutela antecipada, em outras espécies de ação judicial; e o parcelamento.
- d) Moratória; a isenção condicional; e o parcelamento.
- e) decisão administrativa irreformável, assim entendida a definitiva na órbita administrativa, que não mais possa ser objeto de ação anulatória; a concessão de medida liminar ou de tutela antecipada, em outras espécies de ação judicial; e a isenção condicional.
- 33.** De acordo com o que dispõe o Código Tributário Nacional (CTN), são normas complementares das leis, dos tratados e das convenções internacionais e dos decretos, **EXCETO** os(as):
- a) atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas.
- b) convênios que entre si celebrem a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
- c) decisões dos órgãos colegiados de jurisdição administrativa, a que a lei atribua eficácia normativa.
- d) decisões dos órgãos singulares ou coletivos de jurisdição administrativa, a que a lei atribua eficácia normativa.
- e) práticas reiteradamente observadas pelas autoridades administrativas.

**34.** Sabendo-se que o ativo imobilizado líquido da empresa RIO NEGRO Ltda. totaliza R\$ 1.900.000,00, em 31 de dezembro de 2022, e que a somatória dos demais ativos circulantes e não circulantes representa 70% do imobilizado líquido e que o passivo exigível total é a metade do valor do ativo imobilizado líquido, podemos afirmar que o valor do patrimônio líquido da empresa em 31 de dezembro de 2022 era de:

- a) R\$ 950.000,00.
- b) R\$ 1.330.000,00.
- c) R\$ 1.980.000,00.
- d) R\$ 2.280.000,00.
- e) R\$ 2.300.000,00.

**35.** Considere a situação na qual a entidade A apresentava o seguinte balanço patrimonial em 31/12/2021:

Ativo circulante		Passivo circulante	
Caixa:	R\$ 20.000,00	Fornecedores:	R\$ 10.000,00
		Impostos a pagar	R\$ 2.000,00
Estoque:	R\$ 10.000,00	Capital social:	R\$ 40.000,00
Clientes	R\$ 2.000,00		
Ativo não circulante imobilizado (terreno):	R\$ 20.000,00		
<b>Total:</b>	<b>R\$ 52.000,00</b>	<b>Total:</b>	<b>R\$ 52.000,00</b>

Considerando que, em 02/01/2022 a entidade A fez uma cisão parcial, originando a entidade B. Na data da cisão o(a):

- saldo do caixa foi dividido igualmente entre as duas entidades;
- entidade A recebeu o saldo integral do estoque e a entidade B recebeu os imóveis;
- entidade B ficou responsável por toda a dívida com os fornecedores.

Em relação à análise vertical das duas entidades após a cisão, é **CORRETO** afirmar que na entidade:

- a) A, o patrimônio líquido corresponde a 50% do ativo total.
- b) B, o patrimônio líquido corresponde a 50% do ativo total.
- c) A, a conta caixa corresponde a 50% do ativo total.
- d) B, a conta fornecedores corresponde a 33,33% do ativo total.
- e) A, a conta estoque corresponde a 50% do ativo total.

**36.** A alternativa que **NÃO** indica o reconhecimento de um ativo no balanço patrimonial de uma entidade é o(a):

- a) pagamento antecipado de despesa.
- b) pagamento de um empréstimo bancário.
- c) provisão para contingência.
- d) uso de um ativo imobilizado.
- e) venda de estoque, sendo metade à vista e o restante a prazo.

37. Considere a situação hipotética na qual o Balancete de Verificação de uma sociedade empresária em 31/12/2022 é o indicado no quadro a seguir:

Item	Saldo (em R\$)
Bancos	13.000,00
Caixa	9.000,00
Capital a integralizar	75.000,00
Capital subscrito	100.000,00
Contas a pagar	1.000,00
Depreciação acumulada	6.000,00
Clientes	17.000,00
Duplicadas descontadas	9.000,00
Estoque de mercadorias para revenda	18.000,00
Financiamentos a pagar em longo prazo	12.000,00
Fornecedores	20.000,00
Imóveis	30.000,00
Impostos a pagar	17.000,00
Máquinas e equipamentos	19.000,00
Participações em outras sociedades	35.000,00
Prejuízos acumulados	10.000,00
Títulos à receber em longo prazo	13.000,00
Veículos	26.000,00

Considerando, unicamente, as informações disponibilizadas e os saldos apresentados, podemos afirmar que o valor do:

- a) Ativo Circulante é de R\$ 101.000,00.
  - b) Ativo Não Circulante é de R\$ 117.000,00.
  - c) Passivo Circulante é de R\$ 69.000,00.
  - d) Ativo Não Circulante é de R\$ 123.000,00.
  - e) Ativo Não Circulante é de R\$ 95.000,00.
38. No tocante à Lei 10.180/2001, a qual organiza e disciplina os sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo Federal, analise as afirmativas a seguir:
- I. Os integrantes da carreira de Finanças e Controle observarão o código de ética profissional específico aprovado pelo Presidente da República.
  - II. Quando a documentação ou informação envolver assuntos de caráter sigiloso, deverá ser dispensado tratamento especial de acordo com o estabelecido em regulamento próprio.
  - III. Nenhum processo, documento ou informação poderá ser sonegado aos servidores dos Sistemas de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo Federal, no exercício das atribuições inerentes às atividades de registros contábeis, de auditoria, fiscalização e avaliação de gestão, exceto quando a documentação ou informação envolver assuntos de caráter sigiloso.
  - IV. O agente público que, por ação ou omissão, causar embaraço, constrangimento ou obstáculo à atuação dos Sistemas de Contabilidade Federal e de Controle Interno no desempenho de suas funções institucionais ficará sujeito à pena de responsabilidade administrativa e civil.
  - V. O servidor deverá guardar sigilo sobre dados e informações pertinentes aos assuntos a que tiver acesso em decorrência do exercício de suas funções, utilizando-os, exclusivamente, para a

elaboração de pareceres e relatórios destinados à autoridade competente, sob pena de responsabilidade administrativa, civil e penal.

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Somente as afirmativas I, II e III são verdadeiras.
- b) Somente as afirmativas I, II e V são verdadeiras.
- c) Somente as afirmativas II e V são verdadeiras.
- d) Somente as afirmativas III, IV e V são verdadeiras.
- e) Todas as afirmativas são verdadeiras.

39. Considerando as finalidades do Sistema de Controle Interno, previstas no artigo 74 da Constituição Federal de 1988, analise as seguintes afirmativas:

- I. Uma das finalidades previstas para o Sistema de Controle Interno é exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União.
- II. A aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado está fora do âmbito de atuação do Sistema de Controle Interno constitucional.
- III. A avaliação do cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União não integra o rol de finalidades do Sistema de Controle Interno.

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Somente a afirmativa I é verdadeira.
- b) Somente a afirmativa II é verdadeira.
- c) Somente as afirmativas I e II são verdadeiras.
- d) Somente as afirmativas I e III são verdadeiras.
- e) Todas as afirmativas são verdadeiras.

40. Para a inclusão de trabalhos de consultoria no Plano de Auditoria Interna, alguns fatores devem ser levados em consideração, **EXCETO**:

- a) a seleção de trabalhos de consultoria para inclusão no plano também deve ser feita de acordo com a magnitude dos riscos associados aos objetos desses serviços.
- b) quando a demanda pelo trabalho de consultoria for da Unidade Auditada, a solicitação deve ser efetuada apenas pela alta administração da Unidade Auditada ou pelo conselho, ou ainda por órgão ou colegiado interministerial com competência para avaliação e monitoramento da ação governamental, ou ainda com papel de fortalecimento da governança, gestão de riscos e controles do Poder Executivo Federal.
- c) o custo do trabalho de consultoria em relação aos potenciais benefícios.
- d) quando o trabalho de consultoria for proposto pela Unidade de Auditoria Interna Governamental (UAIG), essa deve informar a alta administração da Unidade Auditada quanto à relevância do trabalho a ser realizado, o qual será incluído no Plano Anual independente da anuência da alta administração.
- e) se os potenciais resultados desses trabalhos contribuem para a melhoria dos processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos da Unidade Auditada.

41. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:

- I. apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em noventa dias a contar de seu recebimento
- II. julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público.
- III. fiscalizar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório.
- IV. fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo.

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Somente os itens II e III são verdadeiros.
- b) Somente os itens I e II são verdadeiros.
- c) Somente os itens I, II e IV são verdadeiros.
- d) Somente os itens III e IV são verdadeiros.
- e) Todos os itens são verdadeiros.

42. Os atos administrativos possuem atributos, características que permitem afirmar que estes se submetem a um regime jurídico-administrativo ou de direito público. A respeito do tema, podemos afirmar que constitui atributo do ato administrativo a:

- a) imperatividade, caracterizada pela sua imposição unilateral de obrigações a terceiros.
- b) presunção de veracidade, não sendo admitida prova em contrário quanto aos seus fundamentos de fato.
- c) autoexecutoriedade, independentemente de previsão legal.
- d) presunção de legitimidade, podendo ser invalidado apenas por decisão judicial.
- e) vinculação ao princípio da legalidade, sendo proibida a prática de atos discricionários.

43. Francisco de Assis obtém, junto ao Município Alfa, a concordância para utilizar, privativamente, determinado bem imóvel da municipalidade. Entretanto, antes mesmo de usufruir da coisa pública, Francisco mudou de ideia e informou formalmente a Administração que não irá desfrutar do bem público. Nesse cenário, considerando o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominantes, se está diante da extinção do ato administrativo em razão da:

- a) anulação.
- b) caducidade.
- c) cassação.
- d) renúncia.
- e) recusa.

44. João Batista, servidor estável da Secretaria de Educação do Estado do Amazonas, no exercício de suas atribuições atinentes ao controle interno, observou a existência de vícios em diversos atos administrativos, entre os quais, as situações a seguir elencadas, nas quais os respectivos beneficiários estavam de boa-fé. Analise os atos a seguir, julgando a possibilidade de convalidação pela própria Administração:

- I. Deferimento de um ato administrativo vinculado, com vício de competência, na medida em que praticado por agente de fato, em situação em que esse também atuou de boa-fé.
- II. Impertinência do motivo apontado para certo ato administrativo discricionário, a resultar na incongruência entre o motivo e o objeto.
- III. Desrespeito à forma em determinado ato administrativo vinculado, em situação em que tal elemento não é considerado essencial à sua realização.

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Somente o ato I pode ser convalidado.
- b) Somente o ato III pode ser convalidado.
- c) Somente os atos I e III podem ser convalidados.
- d) Somente os atos I e II podem ser convalidados.
- e) Somente os atos II e III podem ser convalidados.

45. O recurso administrativo tramitará no máximo por três instâncias administrativas, salvo disposição legal diversa. Dito isto e, conforme prevê a legislação vigente, têm legitimidade para interpor recurso administrativo, **EXCETO**:

- I. os titulares de direitos e interesses que forem parte no processo.
- II. aqueles cujos direitos ou interesses forem diretamente afetados pela decisão recorrida.
- III. as organizações e associações representativas, no tocante a direitos e interesses coletivos.
- IV. os cidadãos ou associações, quanto a direitos ou interesses difusos.

Assinale a alternativa que corresponda à(s) **EXCEÇÃO(ÕES)**:

- a) Somente no item II.
- b) Somente nos itens I e II.
- c) Somente nos itens I e IV.
- d) Somente nos itens II e III.
- e) Somente nos itens III e IV.



REALIZAÇÃO E EXECUÇÃO  
COMPEC/UFAM